

FILOSOFIA E TÉCNICA ARGUMENTATIVA RETÓRICO-DISSOCIATIVA: SUA APLICAÇÃO AO PRECONCEITO, AO DISCURSO DE ÓDIO E AOS DIREITOS HUMANOS¹

Narbal de Marsillac Fontes^{2,3}

nmfmarsillac@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente texto é mostrar, pela técnica argumentativa retórico-dissociativa, o caráter tópico de toda dissociação nocional e de todo discurso filosófico, de tal forma que, em vez de resolver uma incompatibilidade, como costumam pensar os retóricos, tais dissociações servem de suporte incontestado, mas não incontestável, de um discurso que se revela, assim, sempre circunscrito e comprometido com escolhas. Desta forma, procuramos estabelecer as cinco regras da dissociação que visam facilitar a aplicação dessa técnica. A importância de tal objetivo é criar algumas condições de resistência e contestação discursiva que despertem a crítica e a reflexão próprias de uma conversação infinita pela tomada de consciência do nosso próprio “senso de relatividade” e sua aplicação relacionada ao preconceito, ao discurso de ódio e aos direitos humanos.

Palavras-chave: Retórica, Análise Retórica, Técnica Argumentativa, Dissociação de Noções, Conversação Infinita, Direitos Humanos.

¹ Recebido: 04-02-2024/ Aceito: 16-04-2024/ Publicado on-line: 30-06-2024.

² É professor na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

³ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9663-9228>.

“Definição é sempre uma escolha”
(Perelman & Olbrecht-Tyteca)

Introdução

Não existe discurso filosófico sem argumento nem argumento sem técnica argumentativa. Muitas vezes usada de forma intuitiva, conhecê-la pode trazer para quem pretende refletir filosoficamente sobre um tema qualquer uma extraordinária consciência crítica. A proposta aqui é atentar para o seu uso que, segundo Perelman e Olbrecht-Tyteca, estrutura o que chamamos de realidade, possibilitando, assim, a comunicação racional e a formação de uma comunidade efetiva de espíritos (2008). Dentre as técnicas argumentativas, a chamada “ruptura de ligação” ou, simplesmente, *dissociação de noções*, tradicionalmente conhecida como *distinguo* (Schapiro, 2012) ou *divisio* (Porter, 1990), parece consistir na que mais pode dotar discursos de força persuasiva de tal forma que, em alguns casos, refutá-la pode parecer ilógico. Uma dada dissociação, quando aceita, “parece, às vezes tão garantida que se tratará como falta de lógica, como sofisma, o fato de não a levar em conta” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 470). Alguém poderia naturalmente discordar e apontar que a técnica argumentativa mais persuasiva de Perelman e Olbrecht-Tyteca é antes a tradicional classificação dos argumentos em quase-lógicos, baseados na estrutura do real e os que fundamentam a estrutura do real (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008). Esta discordância apenas revelaria que optamos por partir de distintas dissociações de noções mais fundamentais. O que isso significa exatamente? Escolher? Existe algum tipo de critério de escolha correta? Talvez,

verdade? Realidade? Nós mesmos? Não importa muito, porque qualquer critério estará sempre comprometido com outra dissociação de noções que alguém quer/escolhe que seja mais relevante ou mais fundamental ou mais persuasiva:

Toda filosofia nova supõe a elaboração de um aparelho conceitual, do qual pelo menos uma parte, a que é fundamentalmente original, resulta de uma dissociação das noções que permite resolver os problemas que o filósofo se colocou. Isso explicará, entre outras coisas, o grande interesse que, em nossa opinião, se deve dar ao estudo da técnica das dissociações (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 470).

Como sustenta Porter, “não podemos evitar a *divisio*” (1990, p. 198) ou evitar “a circularidade das estratégias dissociativas em defesa de uma definição real” (Schiappa, 2003a, p. 43). Isso significa que todo pensamento é dissociativo. Não podemos simplesmente pensar sem dissociar (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008). Pensar é dissociar, isto é, separar o impensado do pensado. Mas mais do que a simples técnica de separação das noções, a dissociação discrimina valorativamente os pares dissociativos e é isso que a caracteriza enquanto *topos de divisio*, mas também como *topos de ordem*. Assim, fazer análise retórico-dissociativa é tecnicamente analisar as dissociações com as quais um discurso está comprometido:

Poderíamos ver a nossa tarefa como retóricos de promover a consciência das divisões, ocultas e aparentes, e de lutar por uma dialética harmônica entre divisão e identificação. Promover tal dialética entre divisão e identificação nos levaria a uma postura irônica... um estágio da consciência em que a natureza problemática da própria linguagem tornou-se reconhecida (Porter, 1990, p. 195)⁴.

⁴ "We might see our task as rhetoricians to promote consciousness of divisions, hidden and apparent, and to strive for a harmonic dialectic between division and identification. Promoting such a

Significa dizer que, ao tentarmos desmontar as estratégias retórico-persuasivas do texto analisado, expomos seus correspondentes *topoi* fundamentais ou seu *campo pré-persuasivo* (De Marsillac, 2022). Cada dissociação (termo I/termo II) funciona como um *topos* de ordem ou preferência em que o termo II tem prerrogativa sobre o termo I (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008; Schiappa, 2003a). Por exemplo: o que Perelman e Olbrechts-Tyteca consideram como protótipo de toda dissociação nocional, o par aparência/realidade (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008; Schiappa, 1985; Schiappa, 2003a), mas também: multiplicidade/unidade, mobilidade/imobilidade, acidente/essência, amizade/verdade, vida/razão, existência/essência ou subjetivo/objetivo (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008; Perelman, 1993). Tecnicamente falando, qualquer que seja a ordem de preferência apresentada na dissociação, ela sempre pode ser invertida. Por isso poderíamos sempre basear nossas contestações nas dissociações simétricas de noções (Perelman, 1993), tais como: realidade/aparência, unidade/multiplicidade, imobilidade/mobilidade, essência/acidente, verdade/amizade, razão/vida, essência/existência ou objetivo/subjetivo. Um bom exemplo desse tipo de aplicação do que chamamos de técnica de análise retórico-dissociativa ou simplesmente análise retórico-dissociativa pode ser encontrado fundamentalmente em qualquer controvérsia teórica de qualquer área do conhecimento, seja entre Parmênides e Heráclito, nos primórdios do pensamento clássico, seja entre físicos quânticos

dialectic between division and identification would lead us to an ironic posture... a stage of consciousness in which the problematical nature of language itself has become recognized”.

e físicos relativistas contemporâneos. Para o primeiro, a realidade é imutável e a mudança é uma ilusão. Para o segundo é exatamente o contrário, o imutável é uma ilusão e a realidade, um movimento contínuo. Assim, Parmênides defende a dissociação mobilidade/imobilidade e Heráclito, a dissociação imobilidade/mobilidade. Ou quando existencialistas, como Sartre ou Heidegger, propõem a anterioridade da existência sobre a essência ou os cartesianos que insistem exatamente na tese oposta, vemos claramente a oposição entre as dissociações essência/existência e existência/essência. Ou quando Einstein afirma que Deus não joga dados e Bohr responde questionando: quem somos nós para dizer isso? Em outras palavras, os pares dissociativos caos/cosmos ou cosmos/caos estão sendo invocados aqui. Qual deles está correto? Não importa se preferimos um ou outro, a questão é que é impossível responder sem outra dissociação básica, trazendo-nos de volta ao que Schiappa chamou de “circularidade das estratégias dissociativas” que mencionamos anteriormente. Não existe critério não dissociativo. Temos que escolher. Como disse Rorty: “Descrições são escolhas” (2009, p. 363). E este é o grande problema: escolher.

Sempre que uma nova definição é oferecida e defendida como uma definição real, algum tipo de dissociação é inevitável. Quando uma nova definição real é apresentada, imediatamente temos afirmações concorrentes sobre o que alguma parte do mundo “realmente é”: a afirmação feita pela definição mundana atual e a afirmação feita pela nova definição (Schiappa, 2003a, p. 37)⁵.

⁵ “Whenever a novel definition is offered and defended as a real definition, some sort of dissociation is unavoidable. When a novel real definition is put forth, we immediately have competing claims about what some part of the world ‘really is’: the claim made by the current mundane definition and the claim made by the new definition”.

O que nos coloca diante da dissociação fundamental do pensamento ocidental denunciada por Rorty: a distinção entre quem escolhe e quem conhece, ou, como quis o pensador estadunidense, *escolhedor/conhecedor* (2009)⁶. A objetividade aqui evita e esconde a responsabilidade de escolher e descartar descrições ou prescrições alternativas, evitando vê-las como escolhas nossas. O que nos faz compreender o profundo “senso da relatividade dos vocabulários descritivos a períodos, tradições e acidentes históricos” (Rorty, 2009, p. 362) e que “não existe vocabulário livre de valores” (Rorty, 2009, p. 364), significa que, da mesma forma, as escolhas estão escondidas atrás da naturalização, da normalização e das definições (Baudrillard, 1985; Foucault, 2012; Schiappa, 2003a). Como argumenta Schiappa: “um absolutismo metafísico implícito em nossa maneira de falar reforça a atitude natural em relação à definição” (2003a, p. 43) ou, em outro momento, “a definição é sempre uma questão de escolha” (Schiappa, 2003a, p. 49). Talvez o problema mais fundamental seria: por que nos preocupamos em esconder nossas escolhas em nossos discursos e definições supostamente neutros, naturalizados e normalizados? Por que “inventamos” (heurésis) conceitos que deveriam ser válidos porque refletem supostamente a realidade em si? (Rorty, 2009; Schiappa, 2003a). Parece que queremos sempre ter a última conversa (Blanchot, 1969) ou a *ultima verba* (literalmente: as últimas palavras) para preservar a coerência e evitar a angústia da dissonância de nossos próprios campos pré-persuasivos (Hovland & Janis & Kelley, 1964; De Marsillac, 2022). Se a

⁶ *Chooser/Knower*.

angústia é antecipação de perigo ou preocupação (Freud, 1969), escondemos escolhas em nossos discursos porque tememos antecipadamente temer. O que faz de toda retórica a retórica do medo antecipado e da preocupação com a própria morte. Tanto a morte de nós mesmos, mas também a morte simbólica do nosso eu, de nossas crenças fundamentais (campos pré-persuasivos) e do nosso mundo (como fomos persuadidos a respeito dele). Ou seja, falamos para não morrer, mesmo que seja apenas simbolicamente (Lacan, 1986). Ao dizer isso, a retórica aqui revela-se como a arte de esconder escolhas (e responsabilidades) por detrás de um discurso e a técnica retórico-dissociativa é a arte de torná-las explícitas. Mas a “verdade” (entendida como dissociação oculta ou implícita à espera da análise retórico-dissociativa seguinte) é que sempre há escolhas e é através do sucesso da retórica que a ilusão de neutralidade é criada pela retórica que nos convence a assujeitarmos-nos ao sentido “objetivo” (Baudrillard, 1985). Por que é mais verdadeiro? Não, porque é melhor “manter a conversação em vez de encontrar a verdade objetiva” (Rorty, 2009, p. 377). Parece que Rorty e Blanchot tinham uma concepção muito semelhante do que deveria ser uma reflexão filosófica: uma conversa sem fim.

Se a retórica é tanto mais eficiente quanto mais capaz de ocultar as escolhas nos discursos, a análise retórico-dissociativa é tanto mais efetiva quanto mais é capaz de expô-las. Em outras palavras, a análise retórico-dissociativa implica a conversação infinita de Blanchot (1969) ou a filosofia edificante de Rorty (2009), porque sempre seremos capazes, através da técnica retórico-dissociativa, de tornar explícitas dissociações ou pré-persuasões de fundo e suas correspondentes

preferências e pressupostos (Schiappa, 2003a; De Marsillac, 2022). Não que sejam arbitrárias, mas embora razoáveis, nunca poderiam ser impostas como uma conclusão lógica e inequívoca. Assim, ao ocultarmos as escolhas, importamos indevidamente a coerção que é própria da lógica para nossos discursos meramente opinativos (Toulmin, 2003). Em última análise, é uma questão de poder. Talvez, do poder mais significativo, o poder-discorrer (Nietzsche, 1995). Qualquer outra forma de poder só é legitimada ou expressa através do discurso, da mesma forma que qualquer outra forma de resistência só é possível através da contraposição discursiva e persuasiva que torna circunscrito o que pretendia ser incircunscrito, paroquial o que pretendia ser planetário e universal. Essa provincialização gerada pela técnica retórico-dissociativa é a base da manutenção da interminável conversação que aqui se postula.

Assim, num primeiro momento, procuramos mostrar o caráter dissociativo de todo dizer e de todo pensamento e o que Schiappa chama de dissociação implícita de conceitos, pois, como ele diz, “tais dissociações ocorrem constantemente tanto implícita quanto explicitamente” (1985, p. 74), para, num segundo momento, expor o que foram considerados como os quatro grandes esquecimentos da tradição metafísica e filosófica: primeiro, que todo discurso é persuasivo (Schiappa, 2003a), ou seja, o discurso de hoje está persuadido por um discurso anterior e visa persuadir uma audiência futura, expressando a continuação de um círculo retórico infindo (De Marsillac, 2022) análogo ao círculo hermenêutico (Gadamer, 2002). Não há primeiro ou último discurso, nem primeira e última conversação, como dissemos;

segundo, que todo discurso é polissêmico; terceiro, que todo discurso é sempre dirigido a um auditório específico, presumido ou idealizado como universal pelo falante/escritor (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008); quarto, que todo discurso é sempre local e etnocêntrico (Rorty, 1993; Horne, 1989). Numa terceira etapa, procuramos apresentar cinco regras da dissociação de noções que podem de alguma forma auxiliar na aplicação da técnica da análise retórico-dissociativa aos textos em geral e que podem ser resumidas da seguinte forma: primeira regra, todo pensamento é dissociativo; segunda regra, toda dissociação é avaliativa; terceira regra, todo discurso metafísico é dissociativo, mesmo que seja uma dissociação implícita de conceitos; quarta regra, toda crítica pode ser entendida como a inversão de um par dissociativo anterior; e, a quinta regra, toda dissociação de noções que se quer definitiva é violenta. E, por fim, procuramos aplicar brevemente esta técnica a questões relacionadas com o preconceito (*outsider/insider*), o discurso de ódio (eles/nós) e os direitos humanos (biocentrismo/antropocentrismo; Cultura/Dignidade Humana; Não-Occidental/Occidental), propondo ao final a reconsideração da tradicional e pressuposta forma dissociativa tópico/tético e sugerindo a adoção da dissociação inversa (tético/tópico) e a possibilidade permanente de haver dissociação da dissociação (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008), elegendo um terceiro termo (termo III) que possa cumprir o papel de termo II em uma dissociação mais recente e que procura sintetizar um dado conflito dissociativo-nocional.

1) O caráter dissociativo de todo dizer e a dissociação de noções implícita: presença como dissociação e dissociação como presença

Não existe uma conversação última (Blanchot, 1969). Na perspectiva que aqui propomos, o pensador francês tem razão porque na própria noção de conversação última (*derrière entretien*) existe uma dada dissociação (conversação anterior/conversação última) que se pretende definitiva. Da mesma forma que todo discurso traduz a dissociação silêncio/dizer ou não-dito/dito. Nesse sentido, o dizer, como termo II, é mais valorizado que o seu oposto (o silêncio) na mesma medida em que se torna critério de legitimidade do não-dito (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008). Em outras palavras, ficar calado seria para o falante pior do que dizer o que diz. Com isto queremos dizer que todo dizer não é apenas retórico ou tópico, mas também dissociativo e, portanto, comprometido com esta escolha fundamental. Isso nos permite adotar uma perspectiva *retoricocêntrica* e ler ou ouvir discursos em geral a partir da releitura retórica: “optar por uma abordagem retórica pode nos libertar de uma existência de torre de marfim” (Vorster, 1995, p. 394). Sem análise retórica, em qualquer uma de suas formas, tudo o que nos resta é uma ilusão ou *wishful thinking* que confirma dogmaticamente as nossas crenças (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008). A análise retórica é resistência e indocilidade, visa preservar a ambiguidade de um tipo de diálogo que ainda não tem motivo ou razões para terminar. Um tipo de conversação que se quer preservar ininterruptamente (Blanchot, 1969; Rorty, 2009). Ou, como quis o poeta: “argumentar com docura e uma cachaça de rolha” (Toquinho & Vinicius, 1977).

Bem diferente disso, a obsessão ontológica da tradição que vê no dizer o dizer o que é não tem espaço para o não-dito nem para ambiguidades (Toulmin, 2003). É o dizer tético. O problema é que o discurso tético pressupõe dogmaticamente o caráter tético de quem o enuncia. Ou seja, o discurso supostamente verdadeiro parte da verdade pressuposta de quem fala enquanto alguém capaz de dizê-la. A verdade desempenha, então, o papel de ancoragem (fixação fictícia e metonímica da realidade) e de estabilização de uma determinada ordem discursiva (Foucault, 2012). Ou, dito em outras palavras: “nomear tem o efeito, na prática, de estabilizar o significado daquela porção da experiência humana que está sendo nomeada” (Schiappa, 1999, p. 25). Além disso, o desprezo tradicional pela retórica esconde e legitima a retórica que despreza a retórica. Isso significa que se impôs a todos e a todas a escolha implícita do par dissociativo que tem a retórica como termo I e a não-retórica como termo II (retórica/não-retórica ou retórica/lógica). Daí, como sugere Toulmin (2003), o papel central e critério de legitimidade de toda reflexão que a lógica assumiu no Ocidente durante séculos e o correspondente desprezo pela arte da persuasão. E isso é uma característica da dissociação de noções que, segundo Porter (1990), empodera aquele que dissocia e lhe permite impor suas escolhas ideológicas ou morais pelo seu correspondente ocultamento.

A filosofia de Platão é talvez um dos exemplos mais evidentes do uso dessa técnica, como argumenta Schiappa: “por mais de dois mil anos nossa compreensão de quem eram os sofistas foi dominada pelos escritos de Platão” (2003b, p. 6) e, mais precisamente, pelas dissociações ou divisões que

Platão escolheu e que chegaram até nós e que compõem grande parte do vocabulário fundamental de várias línguas ocidentais (acidente/essência; sensível/inteligível, realismo/idealismo, corpo/alma, etc.). Note que a questão principal não são os termos propriamente ditos; muitos destes já existiam antes do pensador grego. O cerne de sua contribuição são as hierarquias ou ordens entre esses conceitos e que podem ser consideradas gratuitas para críticos do essencialismo platônico, como Aristóteles, por exemplo, que vai procurar refletir, logo em seguida, a partir da inversão crítica das dissociações de seu antigo mestre (idealismo/realismo). Segundo Schiappa, Platão foi o primeiro a usar o termo *rhetoriké* enquanto técnica dissociativa poderosa para separar o que ele fazia e o que os sofistas faziam, inventando a dissociação retórica/filosofia que simplesmente inexistia antes dele, como atestam várias pesquisas recentes (Schiappa, 1999; Schiappa, 2003b). É surpreendente hoje saber que nem Protágoras ou Górgias, dois dos mais brilhantes e reconhecidos oradores ou sofistas da Antiguidade, ou mesmo Isócrates, jamais sequer usaram em seus escritos o termo “retórica” (Schiappa, 2003b).

O que nos leva a reconhecer com Foucault que a essência da verdade é uma não-verdade essencial (2012). Porque a própria verdade é aqui vista como fruto de uma dissociação mais fundamental (falso/verdadeiro ou não-verdadeiro/verdadeiro) que passa, pelo uso da metonímia, a representar a “verdade” ou o próprio discurso supostamente não-dissociativo. A análise retórica abandona, portanto, o pano de fundo unificado ou indissociado, o terreno comum, os mesmos campos pré-persuasivos que nos enganaram e nos levaram a

proferir discursos com pretensões téticas (o tema será abordado um pouco melhor no final). Como quis o referido pensador francês: “O homem finito funda em si mesmo a verdade infinita que diz” (2002, p. 439). É, portanto, importante reconhecer modestamente que todo discurso fala alguém de si mesmo porque é ou deve ser reconhecidamente dissociativo e metonímico. Sem espaço tropológico e retórico, as palavras permaneceriam surdas (Foucault, 2002). Ou, dito de outra forma, todo dizer é baseado em uma escolha retórico-dissociativa que é explicitada pela análise aqui proposta. O que torna a dissociação de noções “uma ferramenta poderosa para manter um determinado vocabulário enquanto muda seus referentes” (Schiappa, 2003a, p. 39).

Os próprios Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, autores do *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, obra que deu início ao que ficou conhecido como *rhetorical turn* (De Marsillac, 2014), dão alguns exemplos desse tipo de análise retórico-dissociativa quando tentam traduzir o *Fedro* de Platão e a *Ética* de Spinoza em termos de pares dissociativos. Dessa forma, os pares aparência/realidade, opinião/ciência, conhecimento sensível/conhecimento racional, corpo/alma, devir/imutabilidade, pluralidade/unidade e humano/divino parecem traduzir bem todas as “escolhas” tópico-retóricas do referido diálogo platônico. Da mesma forma, quando falam sobre o segundo, encontram os seguintes pares dissociativos: conhecimento inadequado/conhecimento adequado, imagem/ideia, imaginação/compreensão, universal/individual, abstrato/concreto, contingência/necessidade, mudança/imutabilidade, corpo/razão, paixão/ação, escravidão/liberdade, duração/eternidade, alegria/bem-

aventurança, superstição/religião (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008, p. 478). Se cada par dissociativo representa uma escolha tópica do que parece ser mais persuasivo para o falante, podemos concluir que todo dizer é apreciativo. Ou como sustentam os autores do *Tratado*: “realidade e valor são reciprocamente condicionados” (2008, p. 474), ou Schiappa que diz “nomear nunca é neutro” (1999, p. 26). Uma vez que qualquer outro falante ou escritor poderia partir de pares dissociativos distintos ou mesmo inversamente simétricos, a reivindicação tética da “verdade” torna-se fascista e autoritária (Vattimo, 2016) e a análise retórico-dissociativa revela-se antifascista, dialógica e democrática.

Assim, cada dissociação ou *topos de divisio* funciona como um *topos* de ordem e preferência (Aristóteles, 2003), como dissemos, mas também serve para produzir presença. E o que é a presença? É famosa a expressão *in praesentiam adducere* (Xenophontis, 2018), ou “conduzir à presença”, que se tornou a própria razão de ser de todo tipo de retórica (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008). Não importa conceituar “presença” ou como os retóricos em geral a compreendem, mas pontuar que é por isso que a análise retórico-dissociativa também deve estar atenta às definições, aos conceitos e às teorias, em geral, do discurso analisado (Schiappa, 2003a). Porque, por trás de toda definição, de todo conceito, ou de toda teoria adotada, há sempre o que Schiappa chamou de dissociação implícita de conceitos (1985). Ou seja, levar à presença é também, e ao mesmo tempo, levar inevitavelmente à ausência, ou, como sustenta Porter:

Uma partição cria uma presença que sempre e necessariamente cria uma ausência. Qualquer divisão elimina alguma coisa; algo se perde no ato de separar, no interstício, e se torna o não dito, o não reconhecido, o marginalizado (1990, p. 191)⁷.

Significa que, por trás de toda presença, estará sempre a dissociação implícita dos conceitos ausência/presença. Em outras palavras, qualquer análise retórica das dissociações de noções de um texto visa deixar claro o que não está claro e explicitar o que está implícito no texto analisado. Quando mantemos uma dada definição x, um conceito y, ou uma teoria z, é porque tornamos implícitas as dissociações “definição não-x/definição x”, “conceito não-y/conceito y”, “teoria não-z/teoria z”. Um bom exemplo é a definição de sociedade de Comte, o conceito de razão comunicativa de Habermas ou a teoria universalista e tradicional dos direitos humanos. Qualquer um desses exemplos se apresenta e produz presença, na mesma medida em que desconsidera tantas outras possibilidades, produzindo ausências. O par dissociativo “ausência/presença” está sempre implícito e é isso que chamamos aqui de modelo de dissociação implícita, e que precisa ser objeto também de análise retórico-dissociativa. O que nos leva a concluir que toda presença é dissociativa (porque não há presença sem ausência) e toda dissociação de conceitos produz presença, uma vez que sem presença, a dissociação de conceitos não daria o resultado esperado, como sustentam Perelman e Olbrechts-Tyteca: “isso porque semelhante escolha confere a esses elementos uma presença, que é um fator

⁷ “A partition creates a presence which always and necessarily creates an absence. Any division cuts something out; something is lost in the gridding act, in the interstice, and becomes the unspoken, the unrecognized, the marginalized”.

essencial da argumentação, por demais menosprezado, aliás, nas concepções racionalistas do raciocínio” (2002, p. 132).

2) Os quatro grandes esquecimentos da tradição metafísica e filosófica

2.1) Todo discurso é persuasivo

Parece óbvio, mas não é (Schiappa, 2003a). No *Teeteto*, Sócrates, através da pena de Platão, procura mostrar como o verdadeiro conhecimento se distancia da mera opinião. Ou seja, ele parte da dissociação de noções conhecimento opinativo/conhecimento verdadeiro, e aparentemente inconsciente (ou consciente), Sócrates parece esquecer que para falar da essência do conhecimento verdadeiro seria necessário pressupor (dogmaticamente) esta capacidade no próprio falante. Em outras palavras, o dizer tético depende do pressuposto de se poder dizer o dizer tético. Isso significa que é uma questão de crença ou desejo. Como queria Foucault: “a verdade mascara a vontade da verdade” (2012, p. 15). Na verdade, como vimos, os conceitos contêm dissociações implícitas sobre o que no fundo escolhemos ou preferimos e que produzem presença. Falar de verdade ou evidência é uma estratégia ou técnica retórico-argumentativa tradicionalmente utilizada na reflexão filosófica em geral que tem seduzido vários pensadores sobre supostas conversações últimas. Todo discurso que pretende ser tético e metafísico, ou seja, que quer ser definitivo ou impositivo, esquece que não é o primeiro e, portanto, não pode ser o último (Blanchot, 1969; Foucault, 2012). Todo discurso é paráfrase e traduz uma continuidade em um acontecimento/evento discursivo, sem começo nem fim, ou, como queria Foucault: “um mero

destrução feliz” (2012, p. 7) que confirma as nossas crenças, os nossos desejos, as nossas preferências. Nesse sentido, é inevitavelmente persuasivo.

É claro que se poderia defender Sócrates tentando mostrar a importância do conhecimento objetivo. Mas isto, como também vimos, apenas expõe outra escolha ou preferência pela dissociação subjetivo/objetivo ou pela forma dissociativa opinativo/não-opinativo. O que parece ser uma boa opinião sobre quanto espaço deve ser dado às opiniões. Mas nunca poderia pretender refletir a verdade em si mesma. O problema reside precisamente aqui. Não há a possibilidade de se dizer a verdade em si sobre nada. Tudo o que temos é sempre da ordem da opinião ou da tópica. Nenhuma opinião nasceu exclusivamente conosco, nem pode tornar-se um princípio necessário, descontextualizado e incontestável, não-persuasivo e autoevidente. Mesmo as opiniões contidas nas presentes palavras baseiam-se em escolhas dissociativas e só podem, no máximo, ser entendidas como boas opiniões, a partir da generosidade do leitor ou leitora. Isso significa que afirmar “p” deve sempre ser interpretado como precedido pela expressão “parece que”. Não há pretensão universal ou pretensão de validade última, mas apenas probabilidades. Um bom exemplo é o bem conhecido e controverso princípio gorgiano segundo o qual “não há verdade”. Se eu interpretar sua afirmação como uma verdade tética e definitiva, seu discurso é autocontraditório e Górgias se torna um pensador menor. Pelo contrário, se eu interpretar a frase como sugerido acima, ou seja, como meramente tópica, seria algo como: “aparentemente, não há verdade”. Isso não seria muito diferente do que dizem os chamados pós-modernistas

e a sua descrença nas metanarrativas (Lyotard, 2004). Essas reflexões colocam o sofista siciliano entre os grandes pensadores de sua época, assim como Protágoras ou Isócrates. O que nos faz concluir que toda afirmação universal contém uma dissociação e uma metonímia, e “a interpretação sem pressupostos é impossível” (Schiappa, 1995, p. 39). O local ou o tópico é julgado e avaliado a partir do que se pretende não local ou atópico. O circunscrito é sobrepesado a partir da perspectiva do que é pretensamente incircunscrito e indissociado, ou, como quis Rorty, do “ponto de vista dos Olhos de Deus” (1999, p. 82) que, por sua vez, reflete a escolha fundamental, gratuita e dogmática (ou semirreligiosa), pelas dissociações tópico/atópico, circunscrito/incircunscrito, dissociado/indissociado.

2.2) Todo discurso é polissêmico

Não é apropriado aqui falar sobre todas as consequências da chamada viragem pragmática (*pragmatical turn*), caso contrário, este texto seria muito mais longo do que pretendíamos originalmente, mas apenas salientar que extraímos desse giro fundamental no seio do pensamento contemporâneo, que a linguagem é uma atividade. Significa que é algo que fazemos num ambiente social, cultural e histórico. Na atualidade, vários autores defendem o caráter pragmático da linguagem, entendendo-a ora como um “jogo de linguagem” (Wittgenstein, 1986), ora como um ato discursivo ou *speech act* (Austin, 1986). O importante a sublinhar aqui é que o significado depende do contexto prático ou do uso linguístico que se faz, fazendo com que varie em função da entonação, dos gestos, das expressões, das relações pré-existentes

entre os interlocutores e de todo o tipo de condicionalidades que nos impedem de pretender dizer algo com significado fixo e descontextualizado (Rorty, 1991; De Marsillac, 2014).

2.3) Todo discurso é sempre dirigido a uma audiência específica

Na medida em que é entendida como atividade, a linguagem, como qualquer ação, visa um fim e é dirigida a alguém ou a um determinado grupo. O que Perelman e Olbrechts-Tyteca procuraram mostrar é que muitas vezes idealizamos esse auditório como universal, mas esta é uma metonímia em que uma mera questão de direito (*quaestio iuris*) é entendida ideologicamente como uma verdadeira questão de fato (*quaestio facti*) que, por sua vez, já revela um compromisso dissociativo fundamental: a preferência pela dissociação questão de direito/questão de fato e a defesa dos autores do *Tratado de Argumentação* da dissociação inversa: questão de fato/questão de direito. Ou seja, estamos sempre endereçando nossos melhores discursos a um grupo circunscrito e idealizado composto por seres razoáveis (2008). Ou, dito de outra forma: “toda argumentação é ad hominem” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008, p. 148).

2.4) Todo discurso é sempre local e etnocêntrico

Portanto, por tudo que dissemos até aqui, fica fácil concluir que, na mesma medida em que sempre proferimos nossos melhores e mais persuasivos discursos a auditórios que idealizamos, essas idealizações são expressões de nossas preferências, de nossas crenças, de nossas escolhas mais fundamentais, de nossa cultura e de nossos mitos inconfessos, o

que torna tudo o que dizemos etnocêntrico e local. Isto é: tópico. Ideologia pode ser entendida aqui como uma tópica supostamente atópica ou um pensamento etnocêntrico pretensamente universal (Rorty, 1998; Horne, 1989).

3) As cinco regras da técnica argumentativa retórico-dissociativa

3.1) Primeira regra: *todo pensamento é dissociativo*

Assim como é correto afirmar com Husserl que toda consciência é sempre consciência de algo (Husserl, 1966), podemos dizer que todo pensamento é também sempre pensamento de alguma coisa. O que significa que a nossa forma de pensar já é dissociativa ou baseada numa dissociação anterior com a forma impensado/pensado. Um eventual exercício de reflexão crítica precisaria, portanto, considerar ininterruptamente o que não foi considerado ou pensado na reflexão anterior. Ou seja, refletir criticamente é adotar como dissociação fundamental o par dissociativo pensado/impensado, o que exigiria de toda reflexão uma permanente revisão de si mesma.

3.2) Segunda regra: *toda dissociação é valorativa*

Como vimos, toda dissociação ou *topos* de divisão expressa um *topos* de ordem (Aristotle, 2003). Nesse sentido, quem ocupa a posição do termo I fica sempre desacreditado em relação ao termo II. Ou, em outras palavras, dissociar não é apenas discriminar ou diferenciar, mas sobretudo valorizar (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008). E essa valorização ocorre em função do público ao qual o discurso é direcionado. Prefaciando o livro de Agnés van Rees sobre o assunto,

Schiappa sustenta que: “A dissociação descreve o esforço de quem argumenta para quebrar uma ideia anteriormente unificada em dois conceitos; aquele que será valorizado positivamente pelo público-alvo e aquele que será valorizado negativamente” (Schiappa, 2009, p. 244).

3.3) Terceira regra: *todo discurso metafísico é dissociativo*

A palavra metafísica tem diferentes significados ao longo da história, mas seu sentido original em grego é “o que está além da *physis*”, isto é, o que está além da mudança e da contingência, o que é invariável. Ou seja, na própria palavra “metafísica” já existe uma dissociação na forma dissociativa *physis/metaphysis*. Com isso se quer dizer que toda vez que o metafísico busca descrever o mundo ou prescrever algo para o mundo, ele o faz com base em suas escolhas dissociativas inconfessadas e dogmáticas. Toda a metafísica exprime, assim, a louca pretensão de saltar para fora da história e de suas contingências. Ser metafísico é isso: valorizar a transcendência ou, mais precisamente, a ilusão de transcendência e invariabilidade. Rorty nos diz que nos tornamos metafísicos quando tentamos transcender a linguagem, tornando-nos autoludidos e inautênticos (1991).

3.4) Quarta regra: *toda crítica pode ser entendida como a inversão de um par dissociativo anterior*

Este é talvez o tópico mais fácil. Pensar aqui criticamente, como vimos, é um esforço ininterrupto de procurar pensar o que ainda não foi pensado (*pensado/impensado*) e, assim, suspender a validade de uma dissociação pressuposta e, ao fazê-lo, criar as condições para reconsiderar as relações

entre os dois termos do par filosófico fundamental prévio. Assim, por exemplo, a prerrogativa tradicional da razão sobre os instintos, tão duramente criticada por Nietzsche e expressa na dissociação dionisíaco/apolíneo, dá lugar à prerrogativa dos instintos sobre a razão na forma dissociativa apolíneo/dionisíaco. Da mesma forma, dissociações mais tradicionais como *logos/physis*, aparência/essência, matéria/espírito, indivíduo/coletivo, lei/justiça, autonomia/heteronomia, empirismo/racionalismo, realismo/idealismo, inconsciente/consciente, natureza/história, subjetividade/objetividade, falsidade/verdade, nominal/real, linguagem/realidade, etc., têm sido criticadas ao longo da história da filosofia e dado espaço para muitas outras reflexões baseadas justamente na inversão desses pares dissociativos. Revelando, assim, que filosofias são sempre escolhas dos filósofos (Nietzsche, 1999). Ou, dizendo de outra forma, mesmo nossas escolhas pelos diferentes caminhos bibliográficos, pelos diversos autores e diferentes questões ou problemas possíveis já denotam nossas escolhas e preferências dissociativas. Um leitor entusiasta de Platão aceita mais facilmente a dissociação Isócrates/Platão, Aristóteles/Platão, Pós-Modernos/Platão, e provavelmente tenderá a rejeitar, por exemplo, uma reinterpretação neosofista que revise a importância deste primeiro grande pensador e de muitos outros, como Protágoras ou Górgias, expressos nos pares dissociativos Platão/Isócrates, Platão/Górgias ou Platão/Protágoras (Schiappa, 2003b; Schiappa, 1999; Schiappa, 1995; Cassin, 2014; Timmerman & Schiappa, 2010; Kennedy, 1994).

Especificamente sobre o tema, é interessante o estudo de Ferdinand Scott Schiller (1907) que sustentou aberta-

mente ter sido Protágoras um autor maior que Platão (*Platão/Protágoras*), mas que, em virtude de não terem sido preservados seus escritos, tendemos a achar Platão maior que Protágoras (*Protágoras/Platão*). Segundo o pensador britânico, Protágoras já havia percebido algo que teria escapado a Platão: a ambiguidade da verdade. E, assim, a doutrina protagórica do “humano como medida de todas as coisas” seria superior à doutrina socrático-platônica do “conhece-te a ti mesmo” (Schiller, 1907, p. 33). Mas, naturalmente, isso, como vimos, depende mais das escolhas dissociativas do que propriamente da “verdade” a respeito das contribuições reflexivas dos autores citados. Nesse sentido, estudar um autor qualquer é adotar a dissociação fundamental que o toma como termo II na sua relação com os outros tantos autores da tradição que passam, por sua vez, a ocupar o papel de termo I. E criticá-lo é inverter tal escolha dissociativa.

3.5) Quinta regra: *toda dissociação de noções que se pretenda definitiva (atópica e não dissociativa) é violenta*

Quando Perelman e Olbrechts-Tyteca falam sobre violência (2008), deixam claro que o argumento a exclui na mesma medida em que a luz não pode encontrar a escuridão. Mas a violência muitas vezes se assemelha ao discurso argumentativo. Quando não há violência? Quando aceitamos nos colocar do ponto de vista do interlocutor, não confiando nas nossas próprias crenças. Este é o “dever do diálogo” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008, p. 72). Ou, em termos retórico-dissociativos, consiste em deixar de adotar a dissociação ouvinte/falante que passa a ser considerada como critério para um uso indevido da retórica por seus potenciais efeitos

manipulativos e adotar, ao contrário, o par dissociativo falante/ouvinte. Ou seja, o que caracteriza a ausência de violência ou sua diminuição é estar realmente interessado e se adaptar respeitosamente às premissas do interlocutor. Portanto, quando alguém postula o caráter definitivo de uma dada dissociação de noções, ele/ela não apenas se prevalece de suas próprias crenças e escolhas, como vimos, mas também pretende impô-las aos seus interlocutores por meio de uma violência sutil que pode não ser explícita, mas simbólica e, ao mesmo tempo, inferiorizante e subcutânea (Han, 2017). Isso significa que a dissociação de noções é mais do que simplesmente “uma forma de compartilhar sua visão moral com seu público” (Gross & Dearin, 2003, p. 88), mas sim, uma forma de impor uma escolha ao outro, suprimindo o poder de decisão do interlocutor pelo seu silenciamento (Han, 2017; Benjamim, 1978). É a microfísica da violência (Han, 2017).

Esse tipo de microfísica aparece como uma forma de desdém amigável, de preconceito, de desrespeito pelo que é próprio do outro, silenciando-o pela produção da ausência e, assim, tornando-o invisível. Sutilmente, desacredita, degrada e desonra (Han, 2017). Através desse tipo de dissociação definitiva, o falante procura mostrar-se exclusivamente como um conhecedor e não como um escolhedor (*chooser/knower*), escondendo as suas escolhas e, neste sentido, agindo como um *conversation-stopper*, exatamente como as posturas míticas, religiosas e metafísicas fizeram no passado (Rorty, 1999, p. 168). A análise retórico-dissociativa, na medida em que explicita as escolhas tópicas ocultas por detrás dos discursos, desautoriza qualquer tentativa de se impor violentamente a

outrem uma determinada escolha ou concepção de auditório universal (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2008). Assim, o consenso não exclui a violência. Muito pelo contrário, pode legitimá-la e perpetuá-la, naturalizando inferioridades e exclusões (Foucault, 2012). É o que Dussel chamou de *principium exclusionis* ou ideologia da exclusão (1995) que é capaz de encobrir o outro e produzir, com isso, sua ausência. Como queria Arendt, ao eliminar o outro e o que lhe é próprio (sua história, sua cultura, sua língua, seu conhecimento, sua decisão e seu poder de decidir e autodeterminar seu futuro, etc.), a violência/terror elimina, portanto, toda possibilidade de oposição e resistência (Arendt, 2006), criando univocidades artificiais e conversações finitas.

4) Dissociação e preconceito, discurso de ódio e direitos humanos

Quando Justin Hatch fala sobre o poder da dissociação de noções relacionado com a temática do racismo, ele sustenta que: “Os estudiosos que abordam a dissociação frequentemente focaram nas tentativas dissociativas de poderosos retóricos sem reconhecer quem tem o poder e quem não o tem e como essa diferença afeta a forma e o resultado de uma dissociação” (2019, p. 303). Ele se inspira na concepção de dissociação de Andreea Ritivoi para quem: “o fato de optarmos por uma leitura ou outra tem consequências importantes na maneira como identificamos a força da dissociação em situações particulares” (2008, p. 188). Isso significa que não se trata apenas de produzir um discurso razoável ou persuasivo através do uso da técnica retórica de dissociação de noções, mas sim de quem o aplica e com que finalidade.

Todo preconceito, todo discurso de ódio e toda concepção de direitos humanos podem ser entendidos como uma espécie de dissociação ligada a um poder dissociativo (Porter, 1990; Ritivoi, 2008; Hatch, 2019). Falando sobre o primeiro, o preconceito, Allport sustenta que “sempre que uma atitude negativa em relação a uma pessoa é sustentada por uma espúria atitude de generalização excessiva, encontramos a síndrome do preconceito” (1958, p. 12). Para ele, toda sociedade está dividida em *in-groups*. O primeiro e mais fundamental *in-group* é a família. Um membro de outro *in-group* é visto como um *outsider*. Assim, dessa forma, um preconceito é o resultado da adoção definitiva e violenta da dissociação *outsider/insider*. Como, por exemplo: negros/brancos, mulheres/homens, homossexuais/heterossexuais, estrangeiros/nacionais, países do hemisfério norte/países do hemisfério sul, etc. E esses preconceitos expressos nessas dissociações servem de base comum para discursos identitários odiosos e detestáveis. Todo discurso de ódio é baseado em um preconceito e todo preconceito é baseado em uma dissociação supostamente definitiva que poderia ser expressa na forma dissociativa eles/nós (*they/we*).

Bem diferente disso, Rorty sugere que pensemos na justiça como lealdade e solidariedade ampliada (1998). Trata-se de ampliar o “nós” e atrofiar o “eles” tanto quanto possível porque, como vimos, toda dissociação é uma escolha. Não existe pensamento não dissociativo. O preconceito e o discurso de ódio, portanto, são expressões de escolhas cruéis que, na medida em que são reconhecidas como cruéis e desumanas e não como expressões de verdades metafísicas e definitivas, podem e devem ser criticadas e revisitadas,

tornando-nos mais humanos e sensíveis à vida que nos rodeia (Rorty, 2005). E quanto aos direitos humanos? Depende de que tipo de teoria ou concepção desses direitos é adotada. Tradicionalmente, os direitos humanos baseiam-se em dissociações eurocêntricas que desvalorizam silenciosamente outras culturas e a história de povos considerados periféricos (Santos, 2010). A valorização absoluta da dignidade humana abstrata parece ser o resultado direto da herança religiosa da cultura judaico-cristã ocidental (Rorty, 2005; Huntington, 2011) na forma dissociativa Sul/Norte ou não-Occidental/Occidental. Se quando falamos de direitos humanos queremos verdadeiramente fazê-lo sem recorrer a qualquer tipo de violência, não devemos confiar nas nossas próprias crenças e preferências, mas sim adoptar o ponto de vista do nosso interlocutor, como sustêm Perelman e Olbrechts-Tyteca (2008). Mas quem é o nosso interlocutor quando falamos desses direitos? Todos e todas no planeta. O que nos leva a concluir que não pode haver respeito sincero e eficaz pela dignidade de todo ser humano sem o devido respeito pela sua cultura e tradições, pela sua língua e história. Ou seja, a tradicional dissociação biocentrismo/antropocentrismo deve tornar-se negociável quando estamos lidando com aqueles que veem a vaca, a montanha, o rio ou Pacha-Mama como seres dignos em si mesmos, e a tradicional dissociação cultura/dignidade humana precisa ser repensada. Isso faria dos direitos humanos uma verdadeira cultura de diálogo intercultural, respeitoso e pacífico que uniria a todos e todas numa grande família humana (Santos, 2010; Rorty, 2005; De Marsillac, 2021).

5) O tético, o tópico e o terceiro termo (termo III)

Através da técnica argumentativa da dissociação de noções, procuramos estabelecer uma comunidade de ouvintes que reconhecem mutuamente que são mais escolhedores (*choosers*) do que conhecedores (*knowers*), e que se comportam respeitosamente para com os seus interlocutores, criando uma verdadeira e nova revolução copernicana ao fazer o debate girar mais em torno do ouvinte do que do falante. Ou seja, de um violento e desdenhoso *falantecentrismo*, comumente praticado entre nós há tanto tempo, passamos a adotar um *ouvintecentrismo*, respeitoso e efetivamente dialógico. O que nos afastaria do delírio filosófico que tanto nos influenciou e ainda hoje nos influencia, segundo o qual dizer é dizer o que é (Toulmin, 2003). Esse tipo de discurso é denominado tético porque supostamente postula algo definitivamente verdadeiro sobre o mundo ou sobre si mesmo, mas é incapaz de atestar sua própria verdade (Foucault, 2012). O discurso tético é metonímico e proléptico (Santos, 2010). Ou seja, sendo parte, pretende ser o todo, e sendo temporal e contingente, pretende ser eterno e definitivo. Traduz bem a razão autocertificadora do Iluminismo, sendo tópica, apresenta-se pretensa e estrategicamente atópica, preservando e legitimando todo o tipo de imposições e de colonialismo pelo seu carácter sempre assimétrico e desigual, porque, em última instância, é a expressão de um orador ou escritor que supostamente tem a verdade e que se dirige a um ouvinte ou leitor que não a possui (*ouvinte/orador* ou *leitor/escritor*). Assim, as dissociações que tomam como termo II o “real”, “o verdadeiro”, “o objetivo”, “o científico”, “o analítico”, ou mesmo “o lógico”, etc., configuram-se numa técnica retórico-

dissociativa que pretende ser violenta porque afirma ser ela mesma a última palavra ou conversação, mas que, na prática, “escolheu” a forma dissociativa tópico/tético. Pretendendo, assim, resolver tética e definitivamente uma questão (porque é mais “real”, “objetiva”, “científica”, “lógica” ou “analítica”), um discurso baseado nesses tipos de dissociações definitivas esconde as próprias escolhas dissociativas, como vimos, e as impõem ao interlocutor de tal forma que silencia sua voz (Han, 2017), fazendo da retórica a arte de esconder unilateralidades e da análise retórico-dissociativa, a arte de expô-las.

Uma comunidade de ouvintes precisaria partir da prerrogativa do tópico sobre a tético e adotar a forma dissociativa inversa (*tético/tópico*), não fazendo o esforço estéril de tentar escapar da sua própria situação concreta. Se o discurso tético é ressentido e violento, porque, como queria Vattimo, “a verdade implica violência” (2016, p. 11), uma vez que, como queria o pensador italiano, a pretensão de verdade é uma pretensão de dominação, então o discurso tópico, isto é, que se reconhece sempre local e circunscrito, é gentil e modesto, sempre aberto a possíveis críticas e, portanto, permanentemente disposto a considerar um terceiro termo que sirva como termo II de uma nova dissociação de uma dissociação já existente e muitas vezes estabelecida. Cumprindo o papel de síntese (sempre provisória) do que foi debatido até agora. Desde os primórdios da reflexão humana, o pensamento pode ser descrito como o esforço em enfrentar um problema teórico existente expresso na forma de duas dissociações inversas, tais como: mobilismo/imobilismo X imobilismo/mobilismo, idealismo/realismo X realismo/idealismo, empirismo/racionalismo X racionalismo/empirismo, etc. Assim,

as soluções devem ser vistas como a adoção de um terceiro elemento, aqui identificado como termo III, que desempenha o papel de termo II de uma nova dissociação. Alguns exemplos: criticismo (Kant), fenomenologia (Husserl), linguagem (Saussure, Wittgenstein, Austin, Searle), “a maior felicidade de todos” (Bentham, Mill), “o que funciona” (James, Dewey, Ferdinand Schiller), “os melhores vocabulários” (Rorty), etc. Criticando a proposta da filosofia edificante e dialógica de Richard Rorty, Susan Jarrat propõe o que chamou de transformação, inaugurando uma nova dissociação que tomaria a forma dissociativa rortyana filosofia sistemática/filosofia edificante e a converteria em algo como filosofia sistemática/filosofia edificante/trans transformação (termo III), o que poderia ser talvez melhor expresso na dissociação conversação/trans transformação, onde o termo III da dissociação anterior passa a ocupar o mesmo papel de termo II da nova dissociação sugerida pela pensadora americana (Jarrat, 1995). Não vamos entrar neste debate agora, mas apenas apontar a questão com base no que debatemos aqui. Assim, a proposta de Jarrat não pode ser dada sem considerar, como vimos, a sua escolha dissociativa. E isso é o que realmente importa. Como vimos, não estamos falando de verdades ou de sugestões mais verdadeiras, mas de escolhas.

Conclusão

Na tradição, quando os guerreiros se sentavam para negociar, precisavam depor as armas e, ao fazê-lo, demonstrar coragem e respeito recíproco. Da mesma forma, no debate político não deveria ser diferente: todos precisaríamos suspender, mesmo que provisoriamente, a crença na validade

incircunscrita dos nossos próprios pressupostos dissociativos e de nossas convicções para que, agora desarmados, possamos discutir o futuro e as condições da nossa própria coexistência planetária humana e social. Concluindo, desta forma, que o verdadeiro diálogo só ocorre quando há o reconhecimento da alteridade do outro com quem se deseja dialogar. Uma espécie de diálogo que deve, portanto, ser capaz de ferir o narcisismo das nossas convicções mais íntimas. Se por política entendemos as formas de debate social sobre a organização da convivência comum, reconhecemos, portanto, que o ideal político se democratiza na mesma proporção que se intensifica o caráter efetivamente participativo e equitativo dos debates. Pois, se o diálogo é a alma da política, o monólogo traduz a sua morte ou falsificação. E se, de facto, hoje vivemos sob o lema “o método morreu, vida longa à retórica!” (Horne, 1989, p. 248), é apenas a própria retórica que deve ser capaz de denunciar o mau uso da retórica. Da perspectiva de uma análise retórico-dissociativa, não há verdade, bem, justiça, beleza ou qualquer outra coisa em si que seja independente de escolhas dissociativas mais fundamentais. Nesse sentido, ninguém pode reivindicar o status de conhecedor definitivo de algo no mundo, mas apenas como um escolhedor de discursos que querem ser mais inclusivos na mesma medida em que aqueles que os proferem são capazes de se imaginar no lugar daqueles que sofrem. Nossos olhos deixam de olhar para a eternidade e para os ideais do passado e agora se concentram no futuro que temos diante de nós (Rorty, 2005). Um mundo onde cada um reconheça modestamente o seu próprio “senso de relatividade” ou sua própria contingência, sem espaço para pretensões discursivas defi-

nitivas, mas antes para uma atenção permanente dirigida agora ao outro e às suas preferências e à manutenção de um diálogo infinito, respeitoso e tolerante, que efetivamente deve a todos incluir.

Abstract: The purpose of the present text is to show, by the rhetorical-dissociative argumentative technique, the topical character of every notional dissociation and philosophical speech in such a way that, rather than solving an incompatibility, as usually rhetoricians thought it, such dissociations serve as a support uncontested, but not incontestable, of a discourse which reveals itself, thus, always circumscribed and committed to choices. In this way, we tried to establish the five rules of dissociation that aim to facilitate the work of this technique. The importance of such objective is to create some conditions of resistance and discursive contestation that arouse criticism and reflection proper to an infinite conversation by the awareness of our own "sense of relativity" and its application related to prejudice, to hate speech and human rights.

Keywords: Rhetoric, Rhetorical Analysis, Argumentative Technique, Dissociation of Concepts, Infinite Conversation, Human Rights.

Referências bibliográficas

ALLPORT, Gordon. *The nature of prejudice*. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1958.

ARISTOTLE. *Topics*. Trad. Robin Smith. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ARENDDT, Hannah. *Sobre la Violencia*. Trad. Guillermo Solana. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

AUSTIN, John. *Quando Dizer é fazer*. Danilo Marcondes trans. Porto Alegre: Artes Médicas Ed, 1990.

BENJAMIN, Walter. *Critique of Violence*. New York: Schocken Books, 1978.

BLANCHOT, Maurice. *L'Entretien Infini*. Paris: Gallimard, 1969.

BAUDRILLARD, Jean. *À Sombra das Maiorias Silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASSIN, Barbara. *Sophistical Practice: toward a consistent relativism*. New York: Fordham University Press, 2014

DE MARSILLAC, Narbal. Viragem Retórica, Viragem Pragmática e Superação da Metafísica. *Revista Aufklärung*, v. 1, n. 2, p. 165-180, jul./dez. 2014.

DE MARSILLAC, Narbal. *Retórica e Direitos Humanos*. Santa Catarina: Appris, 2021.

DE MARSILLAC, Narbal. Rhetorical Analysis of Pre-persuasions. *Philosophy Study*, v. 12, n. 1, p. 26-41, jan. 2022.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão*. Trad. Georges Marssiati. São Paulo: Paulus, 1995.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

FREUD, Sigmund. *Psicologia de Grupo e a Análise do Eu*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II: complementos e índice*. Trad. E. P. Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002.

GROSS, Allan; DEARIN, Ray. *Chaim Perelman*. Albany: State University of New York, 2003.

HAN, Byung-Chul. *Topologia da Violência*. Trad. E. P. Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HATCH, Justin. Dissociating Power and Racism: Stokely Carmichael at Berkeley. *Advances In The History Of Rhetoric*, v. 22, n. 3, p. 303-325, 2019.

HORNE, Janet. Rhetoric after Rorty. *Western Journal of Speech Communication*, v. 53, p. 247-259, 1989.

HOVLAND, Carl; JANIS, Irving; KELLEY, Harold. *Communication and Persuasion: psychological studies of opinion change*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1964.

HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations and the re-making of world order*. Nova York: Simon & Schuster, 2011.

HUSSERL, Edmund. *Meditations Cartésiennes*. Paris: J. Vrin, 1966.

JARRAT, Susan. In *Excess: radical extensions of neopragmatism*. In: MAILLOUX, S. (Org). *Rhetoric, Sophistry, Pragmatism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KENNEDY, George. *A New History of Classical Rhetoric*. Princeton: Princeton University Press, 1994

LACAN, Jacques. *Le Séminaire: Livre VII: L'Étique de la Psychanalyse*. Paris: Seuil, 1986.

LYOTARD, Ferdinand. *A Condição Pós-Moderna*. Trad. Ricardo Correa Barbosa. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. *Da Retórica*. Trad. Tito Cardoso e Cunha. Lisboa: Passagens, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. *Para Além do Bem e do Mal: Prelúdio de uma Filosofia do Porvir*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PERELMAN, Chaïm. *O Império Retórico*. Trad. Rui Grácio. Porto: Asa, 1993.

PERELMAN, Chaïm, *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Traité de l'Argumentation: La Nouvelle Rhétorique*. 6. ed. Bruxelles: Université de Bruxelles, 2008.

PLATÃO. *Teeteto*. Trad. Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

PORTER, James. Divisio as Em-/De-Powering Topic: A Basis for Argument in Rhetoric and Composition. *Rhetoric Review*, v. 8, n. 2, p. 191-205, 1990.

RITIVOI, Andreea. The dissociation of concepts in context: an analytic template for assessing its role in actual situations. *Argumentation and Advocacy*, v. 44, p. 185-197, 2008.

RORTY, Richard. *Ensaio sobre Heidegger e Outros*. Trad. Eugenia Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

RORTY, Richard. *Contingency, Irony, and Solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RORTY, Richard. *La justicia como lealtad ampliada*. Trad. Raphael del Álguila. Barcelona: Paidós, 1998.

RORTY, Richard. *Philosophy and Social Hope*. Nova York: Penguin Books, 1999.

RORTY, Richard. *Verdade e Progresso*. Trad. Denise Sales. Barueri: Manole, 2005.

RORTY, Richard. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

SANTOS, Boaventura. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHAPIRA, Charlotte. Distinguo, concedo, nego: La réfutation par distinguo. *Presses Universitaires de Caen*, n. 13, p. 87-102, 2012.

SCHIAPPA, Edward. Dissociation in the arguments of rhetorical theory. *Journal of the American Forensic Association*, v. 22, p. 72-82, 1985.

SCHIAPPA, Edward. Isocrates' Philosophia and Contemporary Pragmatism. In: MAILLOUX, S. (Org.) *Rhetoric, Sophistry, Pragmatism*. Nova York: Cambridge University Press, 1995.

SCHIAPPA, Edward. *The Beginnings of Rhetorical Theory in Classical Greece*. New Haven: Yale University Press, 1999.

SCHIAPPA, Edward. *Defining reality: Definitions and the politics of meaning*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2003a.

SCHIAPPA, Edward. *Protagoras and Logos: A Study in Greek Philosophy and Rhetoric*. 2. ed. Columbia: University of South Caroline Press, 2003b.

SCHIAPPA, Edward. Preface. In: REES, M. Agnés van. *Dissociation in Argumentative Discussions: A Pragma-Dialectical Perspective*. Dordrecht: Springer or also in: *Informal Logic*, v. 29, n. 2, p. 244-246, 2009.

SCHILLER, Ferdinand Canning Scott. *From Plato to Protagoras*. Londres: Macmillan, 1907.

TIMMERMAN, David; SCHIAPPA, Edward. *Classical Greek Rhetorical Theory and the Disciplining of Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010

TOQUINHO, Antonio Pecci Filho; DE MORAES, Vinicius. *Tarde em Itapoã*. Rio de Janeiro: Universal Music Publishing Group, 1977.

TOULMIN, Stephen. *The Uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

VATTIMO, Gianni. *Adeus à Verdade*. Trad. João Batista Kreuch. Petrópolis: rVozes, 2016.

XENOPHONTIS. *Opera Omnia*. Londres: Forgotten Books, 2018.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Trad. G. E. M. Anscombe. Londres: Basil Blackwell, 1986.

VOSTER, Johannes. Why opt for a rhetorical approach? *Neotestamentica*, v. 29, n. 2, p. 393-418, 1995.